



## JUDICIÁRIO

# Ordem de prisão para foragida da Justiça

Moraes determina a detenção preventiva da deputada Carla Zambelli, que fugiu do país após ser condenada à cadeia pelo STF. O magistrado também ordena que seja feito pedido para a inclusão do nome dela na lista de difusão vermelha da Interpol

» LUANA PATRIOLINO

A Polícia Federal encaminhou, ontem, o pedido formal de inclusão da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) na lista de difusão vermelha da Interpol. A ação ocorreu por determinação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que também ordenou a prisão preventiva da parlamentar, entre outras medidas (**leia reportagem na página 3**).

O pedido foi enviado para a sede da Interpol em Lyon, na França. Caberá à instituição analisar e deliberar sobre a inclusão. Zambelli deixou o país nesta semana, quase 1 mês depois de ser condenada pela Primeira Turma do STF por invasão ao sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Moraes também marcou uma sessão da Primeira Turma, na sexta-feira, para julgar o recurso da defesa da deputada contra um pedido de prisão preventiva.

Com a decisão de ontem, o ministro atendeu a um pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR). O chefe do órgão, Paulo Gonet, afirmou que não se trata de antecipação de cumprimento de pena e que a prisão é necessária para assegurar a aplicação da lei penal. O ministro concordou com o argumento.

“A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido da decretação da prisão em razão da fuga do distrito da culpa, quando demonstrada a pretensão de se furta à aplicação da lei penal”, diz trecho da decisão.

O magistrado afirmou que, após a saída do país, Zambelli “declarou que pretende insistir nas condutas criminosas, para tentar descredibilizar as instituições brasileiras e atacar o próprio Estado Democrático de Direito”.

De acordo com a Polícia Federal, Zambelli saiu pela fronteira

terrestre com a Argentina em 25 de maio, por meio de Foz do Iguçu (PR).

Na terça-feira, ela informou publicamente que deixou o Brasil e está nos Estados Unidos, com planos de seguir para a Europa. Disse ter planos de se estabelecer na Itália, pois tem dupla cidadania. No entanto, segundo especialistas ouvidos pelo **Correio**, o passaporte europeu não impede uma possível extradição da parlamentar.

A extradição é o processo oficial pelo qual um Estado solicita e obtém a entrega de uma pessoa condenada ou suspeita de cometer um crime. A advogada Beatriz Alaia Colin, especialista em direito penal, aponta que a dupla cidadania da parlamentar pode atrasar, mas não inviabilizar o processo.

“Mesmo com cidadania, em casos de crimes graves, os países da União Europeia têm mecanismos de cooperação jurídica que podem levar à entrega de um cidadão para responder por crimes em outro país-membro, ou mesmo para países fora da UE, mediante acordo de extradição”, destacou.

### Tratado

Marcelo Crespo, coordenador do curso de direito da ESPM, explicou que a inclusão na lista da Interpol pode demorar de 3 a 8 semanas para ser concretizada. Ele lembrou do caso do ex-diretor de marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato, que fugiu para a Itália após ser culpado de participar do mensalão. Mesmo com cidadania, ele foi extraditado em 2015.

A Itália e o Brasil assinaram tratado de extradição no final dos anos 1980, com promulgação pelo Congresso em 1993. Em função disso, pode ser concedida a extradição por fatos que, segundo a lei dos dois países,

Ed Alves/CB/DA.Press



Zambelli foi condenada por invasão aos sistemas do CNJ, mas faz discurso de perseguição política

### Saiba mais

## Lista de procurados

A difusão vermelha da Organização Internacional de Polícia Criminal, a Interpol, foi criada em 1946 e funciona como um banco de dados, com nome, foto, nacionalidade, descrição das características físicas e crimes aos quais o foragido responde na Justiça. Ele serve para alertar

as polícias de todos os países-membros — há 196 — sobre fugitivos procurados internacionalmente, mas não equivale a um mandado de prisão.

A ferramenta auxilia a cooperação internacional para um foragido ser extraditado e responder por crimes aos quais já foi condenado ou para ser julgado pela Justiça daquele país.

O pedido para ter um nome incluído na lista deve ser feito pela Justiça do país interessado

e é analisado na sede da organização, em Lyon, na França. A inclusão em questão deve ser um crime grave de direito comum, e há condições que impedem a inclusão de nomes, como questões políticas, religiosas, culturais, militares ou raciais.

Atualmente, a lista de avisos vermelhos é composta por 6.567 procurados, dos quais 71 têm nacionalidade brasileira e, entre eles, 23 são procurados por outros países.



**O intuito criminoso de Carla Zambelli permanece ativo e reiterado, insistindo a condenada — mesmo que de modo atabalhado e confuso — na divulgação de notícias fraudulentas, no ataque à lisura das eleições e nas agressões ao Poder Judiciário**

**Alexandre de Moraes,**  
ministro do STF

sejam considerados crimes puníveis com uma pena privativa de liberdade superior a um ano, ou mais grave.

“Uma vez com a prisão preventiva decretada e, depois de um procedimento na Interpol de análise sobre a natureza do crime cometido, é emitido um alerta de difusão vermelha pela Interpol, e ela passa a ser considerada procurada também pelas polícias correlatas à Polícia Federal nos demais países, que, em síntese constitui a Interpol”, explica o advogado Max Telesca.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) deverá contatar as autoridades estrangeiras para, conforme o acordo entre os países e a legislação italiana, solicitar o cumprimento da decisão na Itália.

## NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo  
luizazedo.df@dabr.com.br

## Fraudes do INSS afetam a popularidade de Lula na sua base histórica

A pesquisa mais recente do Instituto Genial/Quaest, divulgada ontem, revela que a desaprovção ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) atingiu 57%, enquanto a aprovação está em 40%. É o pior resultado da série histórica desde o início do terceiro mandato de Lula. Realizada entre 29 de maio e 1º de junho, com 2.004 entrevistados em todo o país, tem margem de erro de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, e nível de confiança de 95%.

O caso do INSS, com suas denúncias de fraudes e desvios de recursos, aparece como catalisador dessa erosão de confiança. Para 82% dos brasileiros, a crise foi sentida. E 31% responsabilizam diretamente o governo federal. As fraudes do INSS atingem em cheio a principal base de Lula, as camadas mais pobres da população. Já o aumento do IOF que pode ser derrubado

pela Câmara, amplia o desgaste do governo junto à classe média, ainda mais porque o aumento foi anunciado na última semana de prazo para declarar o Imposto de Renda.

A desaprovção é especialmente alta na Região Sudeste, onde 64% dos entrevistados desaprovam a gestão petista, enquanto apenas 32% a aprovam. Além disso, pela primeira vez, a desaprovção supera numericamente a aprovação entre os católicos: 53% desaprovam o governo, contra 49% que o aprovam. Cerca de 45% dos entrevistados consideram que o governo Lula está pior do que o esperado, e 61% avaliam que o Brasil está na direção errada.

De todas as análises que li sobre os resultados da pesquisa, a mais instigante é a do sociólogo e cientista político carioca Paulo Baía, professor aposentado da Universidade Federal do Rio de

Janeiro (UFRJ), que recorre à antropologia e à psicologia de massas para analisar a situação do governo, num artigo intitulado *O espelho estilhaçado: a rejeição como sintoma político, psicológico e social no terceiro mandato de Lula*, no site Agenda do Poder.

“A política, como espelho das emoções coletivas, vive de afetos. E um deles, talvez o mais avassalador dos nossos tempos, é a rejeição. Não se trata apenas de um juízo racional sobre um governo ou um presidente. A rejeição, como fenômeno psicológico e social, é um campo de forças invisível, mas devastador, que atravessa o corpo coletivo da sociedade como uma febre que não se explica somente pela temperatura externa. Ela condensa frustrações acumuladas, desilusões difusas, sentimentos de traição, desencanto e medo”, enuncia Baía.

## Fadiga emocional

“A rejeição não apenas se mede nas porcentagens de uma pesquisa, mas também nos silêncios, nas ausências, nas palavras não ditas e nas indignações gritadas”, destaca. Para o cientista político, esse sentimento, com tudo o que ele carrega em sua complexidade afetiva, começa a definir o clima político do Brasil neste 2025. “O governo parece afundar num pântano de ceticismo que vai além da política institucional. O que os números revelam, com o rigor de quem coleta dados e a frieza de quem os interpreta, é um país emocionalmente fatigado, dividido e cada vez mais desconectado do pacto simbólico que elegeu o líder petista pela terceira vez”, conclui.

Baía recorre à alegoria do “espelho estilhaçado”, em que os fragmentos de aprovação que ainda restam são ofuscados por múltiplas faces da rejeição, para explicar como o sentimento que se espalha pelo corpo social é o de que algo se perdeu no meio do caminho, “algo entre a esperança e a realidade,

entre a promessa e a entrega, entre a memória e o presente”. Para 56% dos brasileiros, o governo atual está pior do que os dois primeiros mandatos de Lula. Esse número, em janeiro, era de 45%.

Não se trata apenas de uma avaliação histórica negativa, mas da sensação coletiva de decepção. “É como se o mito fundacional do lulismo tivesse sido confrontado com uma realidade que não suporta mais nostalgia”, pondera Baía. Essa desconexão se aprofunda nas bases sociais onde antes havia uma fidelidade quase inabalável. No Nordeste, região que simbolicamente foi a pátria afetiva de Lula, a aprovação caiu para 54%, enquanto a desaprovção subiu para 44%.

Em outras regiões, a rejeição se impõe com ainda mais força: no Sudeste, apenas 36% aprovam o governo, enquanto 61% o desaprovam; no Sul, a aprovação é de 33% e a desaprovção de 65%; no Norte e Centro-Oeste, os índices são de 45% e 52%, respectivamente.

As mulheres, que foram decisivas para a eleição de Lula, agora

desaprovam o governo em maior número (55%) do que o aprovam (42%). Entre os homens, 59% de desaprovção, contra apenas 39% de aprovação. A juventude também está distante: entre os que têm entre 16 e 34 anos, apenas 33% aprovam o governo, enquanto 64% o desaprovam. A desaprovção é maioria também entre os adultos de 35 a 59 anos, 54%, e só entre os idosos com mais de 60 anos há algum respiro: 50% aprovam, contra 46% que desaprovam.

Os católicos estão divididos ao meio: 49% aprovam e 49% desaprovam. Já entre os evangélicos, a rejeição é um campo consolidado: 67% desaprovam, enquanto apenas 29% ainda sustentam algum apoio. “A fé, neste caso, parece ter se tornado menos uma promessa de salvação política e mais um terreno de rejeição moral”, destaca o sociólogo. Pela primeira vez na série histórica da Quaest, 44% dos brasileiros consideram o governo Lula pior que o de Bolsonaro, enquanto 39% avaliam o governo Lula como melhor.